



Rev. Dr. Marcos Roberto Inhauser

Fone: (0XX19) 2121 5853 escrit. / 99798 6955 cel

www.inhauser.com.br / marcos@inhauser.com.br

www.pastoralia.com.br

TEXTO PUBLICADO NA COLUNA SEMANAL NO CORREIO POPULAR

OS "DEZ MANDAMENTOS" DO VOTO ÉTICO

Marcos Roberto Inhauser

- I. O voto é intransferível e inegociável. Com ele o cristão expressa sua consciência como cidadão. Por isso, o voto precisa refletir a compreensão que o cristão tem de seu País, Estado e Município;
- II. O cristão não deve violar a sua consciência política. Ele não deve negar sua maneira de ver a realidade social, mesmo que um líder da igreja tente conduzir o voto da comunidade numa outra direção;
- III. Os pastores e líderes têm a obrigação de orientar aos fiéis sobre como votar com Ética e com discernimento. No entanto, devem evitar transformar o processo de elucidação política num projeto de manipulação e indução político-partidário;
- IV. Os líderes evangélicos devem ser lúcidos e democráticos. Portanto, melhor do que indicar em quem a comunidade deve votar é organizar debates multipartidários, nos quais os vários representantes de correntes políticas possam ser ouvidos sem preconceitos;
- V. A diversidade social, econômica e ideológica que caracteriza a igreja evangélica no Brasil deve levar os pastores a não tentar conduzir processos político-partidários dentro da igreja, sob pena de que, em assim fazendo, eles dividam a comunidade em diversos partidos;
- VI. Nenhum cristão deve se sentir obrigado a votar em um candidato pelo simples fato de ele se confessar cristão evangélico. Antes disso, os evangélicos devem discernir se os candidatos ditos cristãos são pessoas lúcidas e comprometidos com as causas de justiça e da verdade. E mais: é fundamental que o candidato evangélico queira se eleger para propósitos maiores do que apenas defender os interesses imediatos de um grupo ou de uma denominação evangélica. É óbvio que a igreja tem interesses que passam também pela dimensão política. Todavia, é mesquinho e pequeno demais pretender eleger alguém apenas para defender interesses restritos às causas temporais da igreja. Um político evangélico tem que ser, sobretudo, um evangélico na política e não apenas um "despachante" de igrejas.
- VII. Os fins não justificam os meios. Portanto, o eleitor cristão não deve jamais aceitar a desculpa de que um político evangélico votou de determinada maneira, apenas porque obteve a promessa de que, em fazendo assim, ele conseguira alguns benefícios para a igreja, sejam rádios, concessões de TV, imóveis, linhas de crédito bancário ou outros "trocos", ainda que menores. Conquanto todos assumamos que nos bastidores da política haja acordos e composições de interesse, não se pode, entretanto, admitir que tais "acertos" impliquem a prostituição da consciência de um cristão, mesmo que a "recompensa" seja, aparentemente, muito boa para a expansão da causa evangélica. Afinal, Jesus não aceitou ganhar os "reinos deste mundo" por quaisquer meios. Ele preferiu o caminho da cruz;
- VIII. Os eleitores evangélicos devem votar, para Presidente da República sobretudo, baseados em programas de governo, e não apenas em função de "boatos" do tipo: "O candidato tal é ateu"; ou: "O fulano vai fechar as igrejas"; ou: "O sicrano não vai dar nada para os evangélicos"; ou ainda: "O beltrano é bom porque dará muito para os evangélicos". É bom saber que a Constituição do País não dá a quem quer que seja o poder de limitar a liberdade religiosa de qualquer grupo. Além disso, é válido observar que aqueles que espalham tais boatos, quase sempre, têm a

intenção de induzir os votos dos eleitores assustados e impressionados, na direção de um candidato com o qual estejam comprometidos;

- IX. Sempre que um eleitor evangélico estiver diante de um impasse do tipo: "o candidato evangélico é ótimo, mas seu partido não é o que eu gosto", é de bom alvitre que se vote nele desde que ele tenha as qualificações para o cargo
- X. Nenhum eleitor evangélico deve se sentir culpado por ter opinião política diferente da de seu pastor ou líder espiritual. O pastor deve ser obedecido em tudo aquilo que ele ensina sobre a Palavra de Deus, de acordo com ela. No entanto, no âmbito político, a opinião do pastor deve ser ouvida apenas como a palavra de um cidadão, e não como uma profecia divina.

(*) Baseado em fonte desconhecida, com edições e adições feita por Marcos Inhauser